

11 JAN 1992

# Confiança abalada

CARLOS VOGT

Por um momento, no final do ano, o noticiário parece que se cansou das questões pontuais da recessão econômica para se concentrar, de maneira quase sincrônica, no problema filosófico da crise de confiança. Das revistas semanais às entrevistas de estúdio, passando por artigos e editoriais, a indagação era a mesma e trazia um quê de perplexidade hamletiana: o brasileiro já não acredita em si mesmo? O Brasil é um país viável? Onde foi parar o "país do futuro"?



São questões sérias que indicam, à primeira vista, duas coisas: uma, que a confiança abalada ameaça se converter num ingrediente a mais na sopa indigesta da crise; e outra, que a sociedade começa a refletir sobre questões de fundo para tentar ver melhor, de uma perspectiva histórica, a sua realidade cotidiana — e a partir daí, quem sabe, transformá-la.

A discussão, entretanto, não é nova. Ao longo da História republicana, a sociedade brasileira oscilou sempre entre o mito da nova Canaã e o complexo da incompetência estatuida. Lembro-me da charge de uma velha edição da revista *Careta*, dos anos iniciais do século, em que um membro encasacado da Liga das Nações apontava a porta de saída a uma mulher maltrapilha. "Fora!", dizia o sujeito de cartola. (A infeliz era a jovem República Brasileira.) Pouco antes, entretanto, o conde de Afonso Celso havia se derramado numa extensa loa ao futuro da Nação, num livro que alcançaria 30 edições, algumas no estrangeiro, o palavroso **Por que me Ufano do Meu País**.

Em termos um pouco mais sóbrios, mas não menos confiantes, coube a um austríaco — Stefan Zweig — alimentar o mito da terra prometida com seu célebre ensaio apologético **Brasil, País do Futuro**, escrito e publicado durante o surto industrialista do Estado Novo. E foi um industrial, o brasileiro Roberto Simonsen, quem deu a nota realista com um argumento crítico, tão válido em 1940 quanto, com maior razão, ainda hoje: dizia ele que o Brasil não produzia tanto quanto seria necessário, considerando-se sua população e sua extensão, daí resultando que o futuro do País se poderia ver comprometido por essa insuficiência crônica.

Essa consciência bipolar continuou ativa, por exemplo, durante o governo Juscelino (com predomínio das forças positivas) e atingiu o clímax no período Médici, quando o País crescia a uma taxa de 10% ao ano e a indústria, a 12%. De quebra, éramos tricampeões mundiais de futebol. E apesar do primeiro choque do petróleo em 1973, quando o preço do barril saltou de US\$ 2,8 para US\$ 12, o clima ainda era de otimismo e a dívida externa no início do governo Geisel não passava de US\$ 14 bilhões. E o propósito do 2º Plano Nacional de Desenvolvi-

mento (1974) era claro: "Cobrir, até o final da década, a área de fronteira entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento."

É natural que os brasileiros tenham investido alto nessas expectativas e projeções, como também o fariam, mais tarde, na campanha das "diretas-já", na Constituinte de 1988 e nas eleições diretas do ano seguinte. Ocorre que, uma década antes, Figueiredo teve a infelicidade de iniciar seu governo sob o fragor do segundo choque do petróleo, quando o barril foi à estratosfera dos US\$ 30 e o serviço da dívida externa — agigantada pelos níveis de importação de óleo e pelos grandes projetos estatais do período Geisel — passou a ser um item desestabilizador da economia. De repente, a roldana impulsionada violentamente para frente chegou a uma espécie de limite e começou a girar para trás. A indústria parou de crescer, a produção estagnou e o mercado de trabalho acompanhou seu movimento estacionário. Do governo Figueiredo se diz que "não existiu", Sarney oscilou entre planos de estabilização e situações de desgoverno e, finalmente, é voz geral que chegamos ao fundo do poço.

Nesse quadro, é também natural que os brasileiros se mostrem céticos e pessimistas. Nada exaure mais que o cansaço de esperanças perdidas, e é bom dizer que a maioria delas se refere aos últimos 15 anos, não ao século como um todo. Injustificadamente esquecemos o fato de que, a despeito da tenebrosa distribuição de renda e dos milhões de marginalizados sociais, a economia brasileira foi das que mais cresceram desde 1900. E a situação em 1900 era a da jovem maltrapilha a quem apontavam a porta da rua!

Não compartilho a opinião pseudonacionalista de que o negativismo é que está levando o País à bancarrota. E acho perigosa a conduta de quem sugere como primeira solução para a crise doses maciças de otimismo — espécie de contrafação necessária à síndrome da confiança abalada. Ora, nem uma coisa nem outra. Nem o brasileiro está fadado à infelicidade histórica nem precisa se converter em simulacro do doutor Pangloss, o otimista de Voltaire para quem "tudo vai bem no melhor dos mundos possíveis".

Mas a hora não é de espectadores mudos. Até o leigo sabe hoje que a solução para o País não provirá de magia alguma, mas, sim, de providências concretas: produzir mais, gerar mais empregos, exportar, buscar melhor inserção nos mercados internacionais, se atualizar tecnologicamente e, principalmente, educar. Se a sociedade se organizar em torno de idéias claras acerca de si mesma, e do que realmente precisa e deseja, quem sabe o governo não se convence de que a única via possível para o otimismo é a expansão — nunca a retração — das possibilidades latentes. E estas, estou convicto, não são poucas nem pequenas.

■ Carlos Vogt é reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)